

# LEI 5.320, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

16/12/2020 - 18:44

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

## AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E PERMUTA DE ÁREA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica desafetada da categoria de bens de uso Institucional e incorporada na dos bens dominicais, um terreno com área total de 360,00m<sup>2</sup> (metros quadrados), situada na área AI03O – Desdobro da Área Institucional 03 – do loteamento Jardim Olímpico, nesta cidade, avaliado em R\$ 68.022,00 (sessenta e oito mil e vinte e dois reais), com a seguinte descrição:

**I** – *“Pela frente limita com a Rua 39, na distância de 12,00m; pelo fundo limita com a Área Institucional 03, na distância de 12,00m; pela lateral esquerda limita com a Área Institucional 03 na distância de 30,00m; pela lateral direita limita com os lotes AI03L, AI03M e AI03N, na distância de 30,00m. Todos os ângulos internos desta poligonal são de 90º (noventa graus).”*

**Art. 2º** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar, pela forma hábil e mediante avaliação anexa, o imóvel descrito no artigo anterior com **MARIA DA CONCEIÇÃO MENEZES DA SILVA**, inscrita no CPF. sob o nº 635.261.236-91, pelo imóvel descrito no inciso do presente artigo, avaliado em R\$ 49.996,80 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), com a seguinte descrição:

**I** – Lote de terreno de n.º 09 (nove), da Quadra 75 (setenta e cinco), com área de 360,00 (trezentos e sessenta) metros quadrados, situado no Bairro Santo Amaro, nesta cidade, registrado na matrícula n.º 25.068, do Cartório do Ofício do 1º Registro de Imóveis de Montes Claros.

**Parágrafo Único.** Em virtude da diferença de avaliação dos imóveis objeto da permuta, no importe de R\$ 18.025,20 (dezoito mil, vinte e cinco reais e vinte centavos), **MARIA DA CONCEIÇÃO MENEZES DA SILVA** deverá recolher a importância referente à diferença de avaliação dos imóveis, mediante guia de pagamento, em 36 (trinta e seis) parcelas iguais e sucessivas, a serem corrigidas nos termos do Código Tributário Municipal, vencendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a publicação da presente Lei.

**Art. 3º** – Todas as despesas e encargos quanto à regularização da permuta autorizada por esta Lei, inclusive tributos, taxas e emolumentos devidos, correrão às expensas a cada uma das partes permutantes, ao que lhe couberem, também a adoção das providências quanto à lavratura e registro da respectiva escritura.

**Art. 4º** – Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 5º** – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.



Município de Montes Claros, 08 de dezembro de 2020.

**Humberto Guimarães Souto**

***Prefeito de Montes Claros***

